



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL



OFÍCIO MENSAGEM Nº 17 /2021

Goiânia, 13 de janeiro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Lissauer Vieira  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
Palácio Alfredo Nasser  
74019-900 Goiânia/GO

**Assunto: Alteração da Lei nº 20.787, de 2020.**

Senhor Presidente,

1 Encaminho à apreciação e à deliberação dessa Assembleia Legislativa o incluso projeto de lei que altera a Lei nº 20.787, de 3 de junho de 2020, que dispõe sobre a adesão do Estado de Goiás aos benefícios fiscais previstos na legislação do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar federal nº 160, de 7 de agosto de 2017, e do Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017, e estabelece procedimentos para a operacionalização dos referidos benefícios.

2 Extrai-se do Processo nº 202000004107025, em trâmite na Secretaria de Estado da Casa Civil, que o objetivo da proposta, conforme foi exposto pela Secretaria de Estado da Economia (Exposição de Motivos nº 107/2020/ECONOMIA), é "estabelecer parâmetros mais claros quanto à possibilidade de aplicação do benefício fiscal do crédito outorgado do PROGOIÁS, previsto no art. 5º da Lei nº 20.787/2020, para as atividades de comercialização de bens ou mercadorias em grande escala, ou seja, a fruição por estabelecimento atacadista".

3 A pasta da Economia declara, entre outros pontos, que a proposta, especificamente, tem a finalidade de alterar o inciso I do § 8º do art. 4º da Lei nº 20.787, de 2020, que ainda não foi objeto de regulamentação, para permitir a aplicação do crédito outorgado característico do PROGOIÁS às atividades de comercialização de bens ou mercadorias em grande escala. Também se pretende modificar o § 5º do art. 23, com o propósito de reproduzir as alterações nos casos de estabelecimentos industriais enquadrados no PROGOIÁS e que realizem investimentos correspondentes à implantação, à ampliação ou à revitalização para os casos de migração de estabelecimentos beneficiários do PROGREDIR para o PROGOIÁS, pois este oferece maior segurança jurídica, tanto para o contribuinte quanto para o Estado. Consinto com os argumentos da Economia e, para ratificar a relevância deles, transcrevo:





4. Carece, ainda, de regulamentação, o disposto no inciso I do § 8º do art. 4º da Lei nº 20.787/2020 e, antes de levada a efeito tal regulamentação, impende promover a alteração que ora se propõe com o fito de restringir o alcance do benefício fiscal do crédito outorgado do PROGOIÁS na comercialização de bens ou mercadorias em grande escala (atacado), de maneira que reste delimitado, na própria lei que dispõe sobre a adesão do Estado de Goiás aos benefícios fiscais previstos na legislação do Estado de Mato Grosso do Sul, Lei nº 20.787/2020, a quais produtos o benefício fiscal poderá ser concedido pelo Chefe do Poder Executivo, quando da regulamentação do inciso I do § 8º do art. 4º da multicitada lei, pois, do contrário, podem ocorrer reflexos negativos para a arrecadação do Estado.

5. Ressalta-se que os segmentos econômicos para os quais está sendo proposta a permissão de aplicação do crédito outorgado do PROGOIÁS são aqueles para os quais já é aplicado o benefício fiscal relativo ao subprograma do PRODUIR, previsto na Lei nº 15.939, de 29 de dezembro de 2006, que cria o Incentivo à Instalação de Empresas Industriais Montadoras no Estado de Goiás - PROGREDIR. Assim, o benefício somente será permitido aos segmentos econômicos para os quais já existe previsão de benefício e cujo comportamento das empresas já é conhecido pelo Estado. Ou seja, a concessão do crédito outorgado não trará surpresas e não afetará a arrecadação de tributos, sendo interessante para o Estado de Goiás que as empresas migrem do programa PROGREDIR para o programa PROGOIÁS, em virtude de este último oferecer maior segurança jurídica, tanto para o contribuinte, como para o Estado. (...)

6.7. No art. 23, o § 5º está sendo alterado com o objetivo de reproduzir as alterações propostas nos casos de estabelecimentos industriais enquadrados no PROGOIÁS e que realizem investimentos correspondentes à implantação, ampliação ou revitalização para os casos de migração de estabelecimentos beneficiários do PROGREDIR para o PROGOIÁS.

6.7.1. De acordo com o inciso I, em se tratando de estabelecimento industrial, exclusivamente nas operações que realizar com produtos de industrialização própria, de acordo com os percentuais de fruição do crédito outorgado previsto na alínea "b" do inciso II do § 2º e no § 3º do artigo 23 da Lei nº 20.787/2020, condicionado ao pagamento da contribuição ao Fundo PROTEGE GOIÁS, nos termos do inciso I do art. 11 da referida lei.

6.7.1.1. Observa-se que aqui não ocorre nenhuma ampliação do benefício originalmente previsto na Lei nº 20.787/2020, pois o percentual inicialmente previsto foi de: (i) 64% (sessenta e quatro por cento) até o 12º (décimo segundo) mês; (ii) 65% (sessenta e cinco por cento), a partir do 13º (décimo terceiro) até o 24º (vigésimo quarto) mês; e (iii) 66% (sessenta e seis por cento), a partir do 25º (vigésimo quinto) mês para o estabelecimento migrante beneficiário do PROGREDIR, em relação às operações que realizar com produtos de industrialização própria, sendo que esses percentuais são os mesmos previstos na alínea "b" do inciso II do § 2º do art. 23, à qual a nova redação dada ao inciso I do § 5º do art. 23 faz remissão.

6.7.2. De acordo com o inciso II, para central de distribuição, conforme inciso II do § 8º e § 8º-A do art. 4º, ambos da Lei nº 20.787/2020, com redação dada por esta minuta, o percentual de fruição do crédito outorgado será de 40% (quarenta por cento), nas operações destinadas à comercialização, produção ou industrialização e nas operações realizadas de forma não presencial via plataforma de comércio eletrônico, *e-commerce*, pelos mesmos motivos já explicitados no item 6.5.



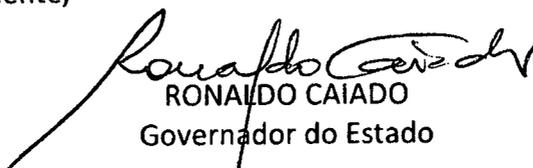
6.7.2.1. No caso de central de distribuição, a fruição do benefício do crédito outorgado do PROGOIÁS também será condicionada ao pagamento da contribuição para o Fundo PROTEGE GOIÁS no percentual de 10% (dez por cento), aplicado sobre o valor do benefício efetivamente usufruído no período de apuração. Aqui, da mesma forma que já explicado no item 6.6, não há oscilação decrescente do percentual de contribuição ao Fundo PROTEGE GOIÁS.



4 A Procuradoria-Geral do Estado – PGE, por meio do Despacho nº 2.195/2020/GAB, afirmou que a proposta legislativa está de acordo com legislação vigente, especialmente, com o que dispõem a Lei Complementar federal nº 160, de 2017, e o Convênio ICMS nº 190/17. Trata-se de bases normativas “autorizadoras das adesões quanto às isenções, aos incentivos e aos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais concedidos ou prorrogados por outra unidade federada da mesma região”. Por isso, não haveria óbice quanto ao ordenamento jurídico.

5 Com essas razões e na expectativa da aprovação do incluso projeto de lei por esse Parlamento, solicito a tramitação especial a que se refere o art. 22 da Constituição Estadual.

Atenciosamente,

  
RONALDO CAIADO  
Governador do Estado

SECC/GERAT/LR  
202000004107025





ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL



**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2021**

Altera a Lei nº 20.787, de 3 de junho de 2020, que dispõe sobre a adesão do Estado de Goiás aos benefícios fiscais previstos na legislação do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar federal nº 160, de 7 de agosto de 2017, e do Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017, e estabelece procedimentos para a operacionalização dos referidos benefícios.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS**, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 20.787, de 3 de junho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º .....

§ 8º Pode ser abrangida pelo crédito outorgado previsto no art. 5º a comercialização de bens ou mercadorias, na forma, no limite e nas condições previstos em regulamento:

I – em grande escala (atacado), nas operações com bens ou mercadorias destinadas à comercialização, à produção ou à industrialização, inclusive as remessas de mercadorias destinadas a seus estabelecimentos revendedores, e nas operações realizadas de forma não presencial via plataforma de comércio eletrônico, *e-commerce*, desde que o empreendimento econômico:

- a) contribua para a geração de emprego e renda;
- b) propicie, efetivamente, a instalação ou a ampliação de polos regionais de desenvolvimento mercantil ou de prestação de serviços, por meio da instalação no Estado de Goiás de central única de distribuição, que concentre todas as aquisições de bens ou mercadorias pela empresa, para suprir a demanda de comercialização, inclusive de outras unidade da Federação; e
- c) possua rede própria de estabelecimentos revendedores no Estado de Goiás e em, pelo menos, mais dois estados ou no Distrito Federal;





§ 8º-A Na hipótese prevista no inciso I do § 8º:

I – o benefício do crédito outorgado é aplicável somente em relação aos seguintes produtos:

- a) produtos de informática, telecomunicação e automação;
- b) eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis e utilidades domésticas em geral;
- c) equipamentos e materiais fotográficos, para laboratório fotográfico, equipamentos e materiais para laboratório óptico, relógios, fitas e discos virgens ou gravados; e
- d) bicicleta, equipamentos para ginástica e instrumentos musicais;

II – a fruição do crédito outorgado previsto no art. 5º:

- a) será no percentual de 40% (quarenta por cento); e
- b) estará condicionada ao pagamento da contribuição ao Fundo PROTEGE GOIÁS no percentual de 10% (dez por cento), aplicado sobre o valor do benefício efetivamente usufruído no período de apuração.

.....” (NR)

“Art. 23. ....

§ 5º O estabelecimento migrante beneficiário do PROGREDIR fará jus ao benefício do crédito outorgado previsto no art. 5º, da seguinte forma:

I – se for estabelecimento industrial, exclusivamente nas operações que realizar com produtos de industrialização própria, de acordo com os percentuais de fruição do crédito outorgado previsto na alínea “b” do inciso II do § 2º, condicionado ao pagamento da contribuição ao Fundo PROTEGE GOIÁS, nos termos do inciso I do art. 11, observada a permissão prevista no § 3º deste artigo; ou

II – se for central de distribuição, conforme inciso I do § 8º e § 8º-A do art. 4º:

a) o percentual de fruição do crédito outorgado previsto no art. 5º será de 40% (quarenta por cento), nas operações destinadas à comercialização, à produção ou à industrialização e nas operações realizadas de forma não presencial via plataforma de comércio eletrônico, *e-commerce*; e

b) a fruição do benefício do crédito outorgado é condicionada ao pagamento da contribuição ao Fundo PROTEGE GOIÁS no percentual de 10% (dez



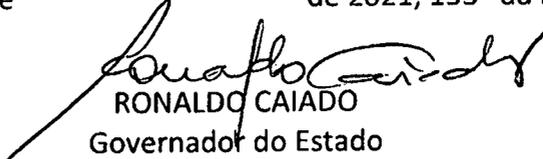


por cento), aplicado sobre o valor do benefício efetivamente usufruído no período de apuração.

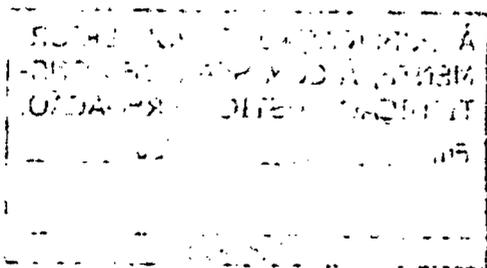
(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, de de 2021; 133º da República.

  
RONALDO CAIADO  
Governador do Estado

SECC/GERAT/LR  
202000004107025



À PUBLICAÇÃO E, POSTERIOR-  
MENTE, À COMISSÃO DE CONS-  
TITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Em 18 / 03 / 20 21



Secretário

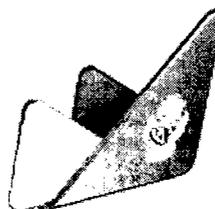
PROCESSO LEGISLATIVO  
**Nº 2021001241**

**Data Autuação:** 15/01/2021  
**Nº Ofício MSG:** 17 - G  
**Origem:** GOVERNADORIA DO ESTADO DE GOIÁS  
**Autor:** GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS  
**Tipo:** PROJETO  
**Subtipo:** LEI ORDINÁRIA  
**Assunto:**

ALTERA A LEI Nº 20.787, DE 3 DE JUNHO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE A ADESÃO DO ESTADO DE GOIÁS AOS BENEFÍCIOS FISCAIS PREVISTO NA LEGISLAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 160, DE 7 DE AGOSTO DE 2017, E DO CONVÊNIO ICMS 190/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017, E ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DOS REFERIDOS BENEFÍCIOS.



2021001241



**ALEGO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE GOIÁS  
A CASA É SUA



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL



OFÍCIO MENSAGEM Nº 17 /2021

Goiânia, 15 de janeiro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Lissauer Vieira  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
Palácio Alfredo Nasser  
74019-900 Goiânia/GO

**Assunto: Alteração da Lei nº 20.787, de 2020.**

Senhor Presidente,

1 Encaminho à apreciação e à deliberação dessa Assembleia Legislativa o incluso projeto de lei que altera a Lei nº 20.787, de 3 de junho de 2020, que dispõe sobre a adesão do Estado de Goiás aos benefícios fiscais previstos na legislação do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar federal nº 160, de 7 de agosto de 2017, e do Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017, e estabelece procedimentos para a operacionalização dos referidos benefícios.

2 Extraí-se do Processo nº 202000004107025, em trâmite na Secretaria de Estado da Casa Civil, que o objetivo da proposta, conforme foi exposto pela Secretaria de Estado da Economia (Exposição de Motivos nº 107/2020/ECONOMIA), é "estabelecer parâmetros mais claros quanto à possibilidade de aplicação do benefício fiscal do crédito outorgado do PROGOIÁS, previsto no art. 5º da Lei nº 20.787/2020, para as atividades de comercialização de bens ou mercadorias em grande escala, ou seja, a fruição por estabelecimento atacadista".

3 A pasta da Economia declara, entre outros pontos, que a proposta, especificamente, tem a finalidade de alterar o inciso I do § 8º do art. 4º da Lei nº 20.787, de 2020, que ainda não foi objeto de regulamentação, para permitir a aplicação do crédito outorgado característico do PROGOIÁS às atividades de comercialização de bens ou mercadorias em grande escala. Também se pretende modificar o § 5º do art. 23, com o propósito de reproduzir as alterações nos casos de estabelecimentos industriais enquadrados no PROGOIÁS e que realizem investimentos correspondentes à implantação, à ampliação ou à revitalização para os casos de migração de estabelecimentos beneficiários do PROGREDIR para o PROGOIÁS, pois este oferece maior segurança jurídica, tanto para o contribuinte quanto para o Estado. Consinto com os argumentos da Economia e, para ratificar a relevância deles, transcrevo:



4. Carece, ainda, de regulamentação, o disposto no inciso I do § 8º do art. 4º da Lei nº 20.787/2020 e, antes da sua regulamentação, impende promover a alteração que ora se propõe com o fito de restringir o alcance do benefício fiscal do crédito outorgado do PROGOIÁS na comercialização de bens ou mercadorias em grande escala (atacado), de maneira que reste delimitado, na própria lei que dispõe sobre a adesão do Estado de Goiás aos benefícios fiscais previstos na legislação do Estado de Mato Grosso do Sul, Lei nº 20.787/2020, a quais produtos o benefício fiscal poderá ser concedido pelo Chefe do Poder Executivo, quando da regulamentação do inciso I do § 8º do art. 4º da multicitada lei, pois, do contrário, podem ocorrer reflexos negativos para a arrecadação do Estado.

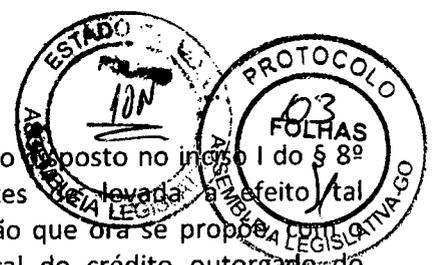
5. Ressalta-se que os segmentos econômicos para os quais está sendo proposta a permissão de aplicação do crédito outorgado do PROGOIÁS são aqueles para os quais já é aplicado o benefício fiscal relativo ao subprograma do PRODUIR, previsto na Lei nº 15.939, de 29 de dezembro de 2006, que cria o Incentivo à Instalação de Empresas Industriais Montadoras no Estado de Goiás - PROGREDIR. Assim, o benefício somente será permitido aos segmentos econômicos para os quais já existe previsão de benefício e cujo comportamento das empresas já é conhecido pelo Estado. Ou seja, a concessão do crédito outorgado não trará surpresas e não afetará a arrecadação de tributos, sendo interessante para o Estado de Goiás que as empresas migrem do programa PROGREDIR para o programa PROGOIÁS, em virtude de este último oferecer maior segurança jurídica, tanto para o contribuinte, como para o Estado. (...)

6.7. No art. 23, o § 5º está sendo alterado com o objetivo de reproduzir as alterações propostas nos casos de estabelecimentos industriais enquadrados no PROGOIÁS e que realizem investimentos correspondentes à implantação, ampliação ou revitalização para os casos de migração de estabelecimentos beneficiários do PROGREDIR para o PROGOIÁS.

6.7.1. De acordo com o inciso I, em se tratando de estabelecimento industrial, exclusivamente nas operações que realizar com produtos de industrialização própria, de acordo com os percentuais de fruição do crédito outorgado previsto na alínea "b" do inciso II do § 2º e no § 3º do artigo 23 da Lei nº 20.787/2020, condicionado ao pagamento da contribuição ao Fundo PROTEGE GOIÁS, nos termos do inciso I do art. 11 da referida lei.

6.7.1.1. Observa-se que aqui não ocorre nenhuma ampliação do benefício originalmente previsto na Lei nº 20.787/2020, pois o percentual inicialmente previsto foi de: (i) 64% (sessenta e quatro por cento) até o 12º (décimo segundo) mês; (ii) 65% (sessenta e cinco por cento), a partir do 13º (décimo terceiro) até o 24º (vigésimo quarto) mês; e (iii) 66% (sessenta e seis por cento), a partir do 25º (vigésimo quinto) mês para o estabelecimento migrante beneficiário do PROGREDIR, em relação às operações que realizar com produtos de industrialização própria, sendo que esses percentuais são os mesmos previstos na alínea "b" do inciso II do § 2º do art. 23, à qual a nova redação dada ao inciso I do § 5º do art. 23 faz remissão.

6.7.2. De acordo com o inciso II, para central de distribuição, conforme inciso II do § 8º e § 8º-A do art. 4º, ambos da Lei nº 20.787/2020, com redação dada por esta minuta, o percentual de fruição do crédito outorgado será de 40% (quarenta por cento), nas operações destinadas à comercialização, produção ou industrialização e nas operações realizadas de forma não presencial via plataforma de comércio eletrônico, *e-commerce*, pelos mesmos motivos já explicitados no item 6.5.

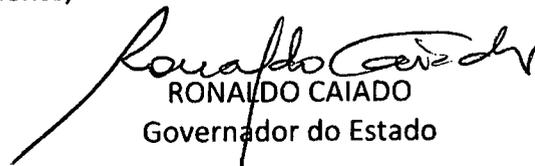


6.7.2.1. No caso de central de distribuição, a fruição do benefício do crédito outorgado do PROGOIÁS também será condicionada ao pagamento da contribuição para o Fundo PROTEGE GOIÁS no percentual de 10% (dez por cento), aplicado sobre o valor do benefício efetivamente usufruído no período de apuração. Aqui, da mesma forma que já explicado no item 6.6, não há oscilação decrescente do percentual de contribuição ao Fundo PROTEGE GOIÁS.

4 A Procuradoria-Geral do Estado – PGE, por meio do Despacho nº 2.195/2020/GAB, afirmou que a proposta legislativa está de acordo com legislação vigente, especialmente, com o que dispõem a Lei Complementar federal nº 160, de 2017, e o Convênio ICMS nº 190/17. Trata-se de bases normativas “autorizadoras das adesões quanto às isenções, aos incentivos e aos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais concedidos ou prorrogados por outra unidade federada da mesma região”. Por isso, não haveria óbice quanto ao ordenamento jurídico.

5 Com essas razões e na expectativa da aprovação do incluso projeto de lei por esse Parlamento, solicito a tramitação especial a que se refere o art. 22 da Constituição Estadual.

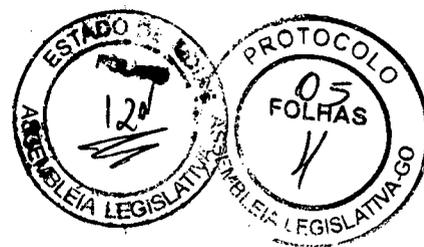
Atenciosamente,

  
RONALDO CAIADO  
Governador do Estado

SECC/GERAT/LR  
202000004107025



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL



PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2021

Altera a Lei nº 20.787, de 3 de junho de 2020, que dispõe sobre a adesão do Estado de Goiás aos benefícios fiscais previstos na legislação do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar federal nº 160, de 7 de agosto de 2017, e do Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017, e estabelece procedimentos para a operacionalização dos referidos benefícios.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS**, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

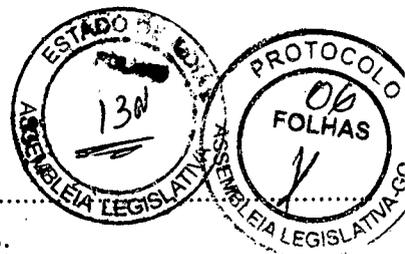
Art. 1º A Lei nº 20.787, de 3 de junho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º .....

§ 8º Pode ser abrangida pelo crédito outorgado previsto no art. 5º a comercialização de bens ou mercadorias, na forma, no limite e nas condições previstos em regulamento:

I – em grande escala (atacado), nas operações com bens ou mercadorias destinadas à comercialização, à produção ou à industrialização, inclusive as remessas de mercadorias destinadas a seus estabelecimentos revendedores, e nas operações realizadas de forma não presencial via plataforma de comércio eletrônico, *e-commerce*, desde que o empreendimento econômico:

- a) contribua para a geração de emprego e renda;
- b) propicie, efetivamente, a instalação ou a ampliação de polos regionais de desenvolvimento mercantil ou de prestação de serviços, por meio da instalação no Estado de Goiás de central única de distribuição, que concentre todas as aquisições de bens ou mercadorias pela empresa, para suprir a demanda de comercialização, inclusive de outras unidade da Federação; e
- c) possua rede própria de estabelecimentos revendedores no Estado de Goiás e em, pelo menos, mais dois estados ou no Distrito Federal;



§ 8º-A Na hipótese prevista no inciso I do § 8º:

I – o benefício do crédito outorgado é aplicável somente em relação aos seguintes produtos:

- a) produtos de informática, telecomunicação e automação;
- b) eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis e utilidades domésticas em geral;
- c) equipamentos e materiais fotográficos, para laboratório fotográfico, equipamentos e materiais para laboratório óptico, relógios, fitas e discos virgens ou gravados; e
- d) bicicleta, equipamentos para ginástica e instrumentos musicais;

II – a fruição do crédito outorgado previsto no art. 5º:

- a) será no percentual de 40% (quarenta por cento); e
- b) estará condicionada ao pagamento da contribuição ao Fundo PROTEGE GOIÁS no percentual de 10% (dez por cento), aplicado sobre o valor do benefício efetivamente usufruído no período de apuração.

.....” (NR)

“Art. 23. ....

§ 5º O estabelecimento migrante beneficiário do PROGREDIR fará jus ao benefício do crédito outorgado previsto no art. 5º, da seguinte forma:

I – se for estabelecimento industrial, exclusivamente nas operações que realizar com produtos de industrialização própria, de acordo com os percentuais de fruição do crédito outorgado previsto na alínea “b” do inciso II do § 2º, condicionado ao pagamento da contribuição ao Fundo PROTEGE GOIÁS, nos termos do inciso I do art. 11, observada a permissão prevista no § 3º deste artigo; ou

II – se for central de distribuição, conforme inciso I do § 8º e § 8º-A do art. 4º:

a) o percentual de fruição do crédito outorgado previsto no art. 5º será de 40% (quarenta por cento), nas operações destinadas à comercialização, à produção ou à industrialização e nas operações realizadas de forma não presencial via plataforma de comércio eletrônico, *e-commerce*; e

b) a fruição do benefício do crédito outorgado é condicionada ao pagamento da contribuição ao Fundo PROTEGE GOIÁS no percentual de 10% (dez



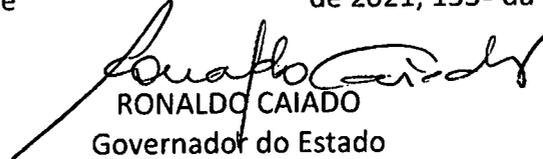


por cento), aplicado sobre o valor do benefício efetivamente usufruído no período de apuração.

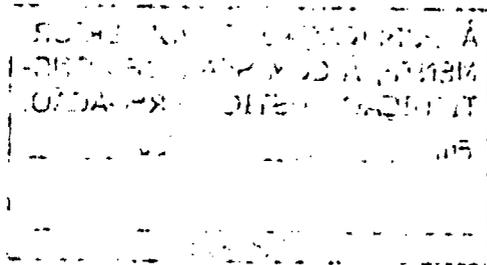
..... (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, de de 2021; 133º da República.

  
RONALDO CAIADO  
Governador do Estado

SECC/GERAT/LR  
202000004107025





À PUBLICAÇÃO E, POSTERIOR-  
MENTE, À COMISSÃO DE CONS-  
TITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.  
Em 18 / 03 / 2021  
  
Secretário



**COMISSÃO MISTA**

Ao Sr. Dep. Alvaro Guimarães

**PARA RELATAR**

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 20 / 07 / 2021.

Presidente: [Handwritten Signature]



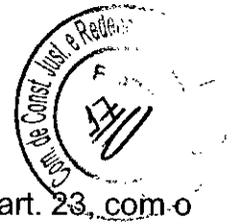
PROCESSO N.º : 2021001241  
INTERESSADO : GOVERNADORIA DO ESTADO  
ASSUNTO : Altera a Lei n. 20.787, de 3 de junho de 2020, que dispõe sobre a adesão do Estado de Goiás aos benefícios fiscais previstos na legislação do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar federal n. 160, de 7 de agosto de 2017, e do Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017, e estabelece procedimentos para a operacionalização dos referidos benefícios.

## RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei, de autoria da Governadoria do Estado, que altera a Lei n. 20.787, de 3 de junho de 2020, que dispõe sobre a adesão do Estado de Goiás aos benefícios fiscais previstos na legislação do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar federal n. 160, de 7 de agosto de 2017, e do Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017, e estabelece procedimentos para a operacionalização dos referidos benefícios.

A justificativa informa que a proposição visa estabelecer parâmetros mais claros quanto à possibilidade de aplicação do benefício fiscal do crédito outorgado do PROGOIÁS, previsto no art. 5º da Lei n. 20.787/2020, para as atividades de comercialização de bens ou mercadorias em grande escala, ou seja, a fruição por estabelecimento atacadista.

Especificamente, a proposição altera o inciso I do § 8º do art. 4º da Lei n. 20.787, de 2020, que ainda não foi objeto de regulamentação, para permitir a aplicação do crédito outorgado característico do PROGOIÁS às atividades de comercialização de bens ou mercadorias em grande escala.



Outrossim, também se pretende modificar o § 5º do art. 23, com o propósito de reproduzir as alterações nos casos de estabelecimentos industriais enquadrados no PROGÓIÁS e que realizem investimentos correspondentes à implantação, à ampliação ou à revitalização para os casos de migração de estabelecimentos beneficiários do PROGREDIR para o PROGÓIÁS, pois este oferece maior segurança jurídica, tanto para o contribuinte quanto para o Estado.

A justificativa consigna ainda que esta proposição não acarretará nenhuma ampliação do benefício originalmente previsto na Lei n. 20.787/2020, pois o percentual inicialmente previsto foi de: (i) 64% (sessenta e quatro por cento) até o 12º (décimo segundo) mês; (ii) 65% (sessenta e cinco por cento), a partir do 13º (décimo terceiro) até o 24º (vigésimo quarto) mês; e (iii) 66% (sessenta e seis por cento), a partir do 25º (vigésimo quinto) mês para o estabelecimento migrante beneficiário do PROGREDIR, em relação às operações que realizar com produtos de industrialização própria, sendo que esses percentuais são os mesmos previstos na alínea "b" do inciso II do § 2º do art. 23, à qual a nova redação dada ao inciso I do § 5º do art. 23 faz remissão

Essa é a síntese da proposição em análise.

Sobre as alterações previstas nesta proposição, constata-se que as mesmas são totalmente compatíveis com o sistema constitucional vigente, pois permaneceram nos lindes da competência concorrente em matéria de legislação tributária, tendo sido observadas, neste caso, as normas gerais editadas pela União.

De fato, a proposta legislativa está de acordo com legislação vigente, especialmente com o que dispõem a Lei Complementar federal n. 160, de 2017, e o Convênio ICMS n. 190/17, que autorizam as adesões quanto às isenções, aos incentivos e aos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais concedidos ou prorrogados por outra unidade federada da mesma região. Com base nesses pressupostos normativos, não haveria óbice à aprovação desta matéria.

Nesta oportunidade, apresentamos as seguintes emendas visando o aperfeiçoamento da proposição em pauta:



**1ª – EMENDA MODIFICATIVA:** a alínea “b” do inciso I do § 8º do art. 4º da Lei n. 20.787, de 3 de junho de 2020, alterada pelo art. 1º deste projeto de lei, passa ter a seguinte redação:

“Art. 1º .....

Art. 4º .....

§ 8º .....

I - .....

b) propicie, efetivamente, a instalação ou a ampliação de polos regionais de desenvolvimento mercantil ou de prestação de serviços, mantendo a média dos últimos doze meses de transferência realizadas por Goiás para outros estados da federação, com vistas a suprir a demanda de comercialização, de outras unidades federadas;

.....”

**2ª – EMENDA MODIFICATIVA:** o inciso II do § 5º do art. 23 da Lei n 20.787, de 2020, fica **transformado** em inciso III, e a sua respectiva alínea “a” passa ter a seguinte redação:

“Art. 1º .....

Art. 23. ....

§ 5º .....

III - .....

a) o percentual de fruição do crédito outorgado previsto no art. 5º será de 40% (quarenta por cento), nas operações destinadas à comercialização, produção ou industrialização e nas operações realizadas através do centro de distribuição, incluindo as de forma não presencial via plataforma de comércio eletrônico, e-commerce;



Isto posto, com a adoção das emendas ora apresentadas, somos pela constitucionalidade e juridicidade da presente propositura, e, no mérito, por sua **aprovação**. É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, EM 20 DE *jan* DE 2021.

  
Deputado ÁLVARO GUIMARÃES  
Relator

mtc



**COMISSÃO MISTA**

Com **VISTA** ao Sr. (s) Deputado (as)

PELO PRAZO REGIMENTAL.

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 20 / 01 / 2021.

Presidente:

*Antônio Gornide; Karles  
Cabral; Major Araújo;  
Vinicius Ciqueira;  
Del. Adriana Accorsi;  
Oalles Barreto; Del. Eduardo  
Prado; Helio de Sousa.*